

A crítica da «Mesmidade Fatal»: *L(USA)lândia, A Décima Ilha*, de Onésimo Teotónio Almeida, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, Direcção de Serviços de Emigração, 1987.

326

Esquecida quase sempre, recordada quase nunca, e raramente para além dos lugares comuns que se cruzam entre o desprezo mal disfarçado e o paternalismo retardatário, esta realidade que é a emigração portuguesa continua a ser um fenómeno demasiado perturbador, que — porque para lá empurrado — nos passa à margem, a nós, portugueses que ficámos. Trata-se de uma situação tanto mais paradoxal, quanto maior for a nossa experiência de que «ser português deve ser um tanto ou quanto optar entre emigrar ou ter amigos emigrados» (191). Não sendo a única, será, sem dúvida, uma das definições mais legítimas dessa nossa Portugalidade, de que ultimamente tanto se tem falado, e que Onésimo Teotónio Almeida tão clara e argumentadamente apresenta no seu livro *L(USA)LÂNDIA, A DÉCIMA ILHA*.

Entender e definir a Portugalidade terá que passar obrigatoriamente pelo entendimento e definição da experiência emigrante portuguesa, e é por esse motivo que entendo este livro como um livro sobre Portugal, um Portugal que aqui é *L(USA)lândia*: «essa espécie de país especial formado pelas comunidades portuguesas na América, que não são nem bem Portugal nem bem América, mas uma mistura de duas culturas.» (243)

Olhando para a história da nossa diáspora, creio que não nos restará outra alternativa que não seja a de concordar que é esse «nem bem (...), nem bem (...), mas uma mistura de (tantas!) culturas» que nos constrói a identidade.

E é uma faceta dessa heterogeneidade, que é a nossa identidade, que este livro nos apresenta: uma obra importante, que é, a um tempo, um documento e um estudo crítico, parte do processo dinâmico que constitui a cultura portuguesa. A sua maior qualidade e originalidade reside, quanto a mim, numa característica que denominaria por «uma voz de dentro», uma voz que, embora distanciada e crítica, se encontra inserida na própria dinâmica

de que fala. Ele próprio emigrante, professor de Cultura Portuguesa numa universidade americana, o autor define os «pensantes» (um termo que prefere a «intelectuais») de raízes emigrantes como «um grupo razoável de gente que vive no seu tempo e sabe onde está (...)». E acrescenta: «Claro que quando digo «sabe onde está», falo em termos muito limitados e não em termos de história e universo, que isso aí é outra questão.» (248). Sabendo estar na *L(USA)lândia*, é imersa nessa realidade que esta voz nos surge, uma voz que recusa a passividade e que pretende ser actuante na conjuntura que a circunda.

Encontramos, assim, neste volume — e tal como o próprio Onésimo T. Almeida o apresenta na sua «Nota Explicativa — quase a pedir desculpa» — «uma selecção de pequenos artigos publicados em jornais e revistas entre 1975 e 1985 e que têm como tema as comunidades portuguesas da América — ou a *L(USA)lândia* (...)» (17). São textos todos eles voltados para a realidade do quotidiano emigrante, hibridismo de «reflexões avulsas» (19), de carácter histórico, sociológico, antropológico e literário, que se distribuem ao longo de uma década tão importante para a história portuguesa, como foi a referida.

Mas, apesar de se tratarem de «reflexões avulsas», a obra não se esvai em fragmentos desconexos. Há uma unidade subjacente que lhe é imprimida não só pelo tema, a *L(USA)lândia*, mas também — e ainda que o autor refira «as diversidades de estilo e de tom consoante o destinatário do texto tenha sido o público *L(USA)lândês* ou o de Portugal (continental e/ou Açores)» (25) — por uma característica inerente a toda essa diversidade e que é um certo coloquialismo presente no discurso, eivado, mais do que de ironia, de uma aguda mordacidade. Apenas um exemplo: «Cada vez que as promessas se têm gorado, ouvem-se por aqui vozes de: 'Foi a última! Já não volto a acreditar!'. Esta nota, porém, é sinal de que ainda não desistimos completamente. Por cá ficamos. Assim um pouco no paradoxo duma esperança céptica. À espera, talvez, de mais fado e futebol e edições luzidas dos discursos de presidentes e dos secretários e dos sub e dos subsecretários. A apalavrarem-nos... Apalavrem-nos, que é para a gente não perder o contacto com a língua... nem com os hábitos. Palavra!» (143)

A própria lógica que subjaz à organização do livro mostra também essa preocupação de coerência e unidade. Se não, vejamos:

entre uma «Nota Explicativa—quase a pedir desculpa», em que o autor se apresenta a si e à sua obra, e um «Epílogo pouco edificante», de que adiante falarei, sucedem-se oito capítulos—que por sua vez se subdividem em vários e curtos ensaios—que avançam (I) da informação geográfica e histórica sobre a L(USA)lândia, (II) pela expressão da agitação revolucionária local do pós-25 de Abril, (III) pela apresentação crítica de acontecimentos do quotidiano que reflectem a mentalidade l(USA)landesa, (IV) pela crítica à falta de apoio das instituições portuguesas à divulgação da nossa cultura, (IV) pela discriminação a que o emigrante português se vê votado pela mentalidade WASP, (VI) pelo reconhecimento de nomes que divulgaram a cultura portuguesa (bem como pela crítica acerba àqueles que não o fizeram da melhor maneira) ou que (VII) na cultura americana tiveram um papel significativo, vindo a terminar (VIII) com uma colagem de excertos de entrevistas concedidas pelo autor, que sucintamente resumem os vários pontos de vista elaborados no texto.

Quanto ao «Epílogo pouco edificante», trata-se de um texto—que, de resto, não é único na colectânea—em que ensaio e ficção se misturam e que, de forma mordaz, procura jogar com a possibilidade futuroológica que o passado histórico e literário português parece continuar a oferecer. A previsão, contudo, não é a esperada. Não se auguram mais momentos de glória, mais «armas e barões exagerados» (101), que, de novo, tornem o nosso destino único no mundo, mas—de forma sarcástica e com um pessimismo não muito frequente nestas páginas, que talvez reflectam a ambiguidade e a contradição latentes neste ser português em terra d'outrem—o que nos fica é a previsão da partilha de um destino apocalíptico que nos fará, se calhar de uma vez e por todas, parte desse mesmo mundo.

Será, sem dúvida, uma opinião discutível, mas disso também se encontra repleto este livro: da provocação salutar, necessária a qualquer voz que pretenda intervir construtivamente na sua cultura. Só assim será possível fugir da «mesmidade fatal» (62). Só assim se poderá escrever (e/ou viver) «o contrário absoluto do chato» (94). ■

Alfredo Marques, *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

Em 1980 Alfredo Marques defendeu na Universidade de Ciência Sociais de Grenoble uma tese de doutoramento, sob o título «La politique économique portugaise dans la période de la dictature—analyse de trois stratégies de l'Etat», que constituiu inegavelmente um dos mais importantes trabalhos realizado por um conjunto de economistas que no pós-25 de Abril procurou em França as condições que faltavam em Portugal para assegurar a continuidade de uma carreira académica.

Nesse trabalho analisava as três dimensões principais da política económica do Estado Novo no período compreendido entre 1926 e 1974. O livro que agora acaba de publicar retoma, com grandes reformulações, uma parte daquele estudo, a que corresponde à análise da fase de «isolamento e autarcia relativa da economia nacional», entre 1926 e 1959.

Se a interrogação sobre os motivos da escolha deste período e da sua autonomização relativamente ao outro período analisado (o da abertura ao exterior) for uma questão pertinente, creio que a resposta passa pela manifesta preocupação do autor para com a natureza não unilinear dos processos de desenvolvimento do capitalismo e, muito especialmente, para com o facto de, «em Portugal, as estruturas e os comportamentos económicos [apresentarem], com uma persistência não prevista na teoria, características híbridas, onde coexistem elementos modernos próximos do estado puro com elementos tradicionais pouco deformados e com combinações originais de ambos» (p. 11).

De facto, seja qual for o período estudado é difícil definir a economia portuguesa e os seus movimentos de crescimento, de acumulação ou de reprodução. Esta dificuldade resulta, nomeadamente, de não ser possível qualificá-los liminarmente.

Será fácil, por exemplo, refutar uma asserção que qualifique a situação económica das últimas décadas (e, mais amplamente, a própria sociedade) como apenas imóvel e depauperante ou estritamente dependente. Certas fases do processo de acumulação, certos ritmos de acréscimo da produtividade ou dos salá-